

A reciclagem de plásticos em Portugal

Desafios para 2011¹

JOÃO LETRAS*

Resumo

O artigo aborda os desafios associados aos novos objectivos de reciclagem de embalagens de plástico, estabelecidos para Portugal para o ano 2011 e consagrados na Directiva Europeia 2004/12 CE de 11 de Fevereiro. O artigo aborda também os processos de reciclagem disponíveis em Portugal e aqueles que se encontram em desenvolvimento, tecendo também comentários sobre a sustentabilidade da indústria de reciclagem de plásticos nacional. Relativamente à indústria são ainda referidos aspectos relacionados com a internacionalização da mesma e as difi-

culdades que tem sentido face à especulação oriunda dos mercados asiáticos. A preocupação pela adequação das tecnologias disponíveis à constante evolução dos mercados de resíduos (como consequência da mudança em hábitos de consumo) está também presente. Por último são feitas algumas referências a políticas legais e fiscais que poderiam estimular o sector bem como à necessidade de se continuar a desenvolver processos de reciclagem alternativos e apostar em mais e melhores campanhas de comunicação e sensibilização aos consumidores.



Figura 1 Embalagens de Plástico

A revisão da Directiva Europeia 94/62 CE, também conhecida como *Directiva Embalagens*, obriga os Estados Membros (EM) a metas de reciclagem para os seus resíduos de embalagem bastante

ambiciosas. Ao abrigo da referida directiva, Portugal está já obrigado, para 2005, a reciclar no mínimo 15% em peso de todas as embalagens de plástico colocadas no mercado. Com a revi-

são acordada (Directiva 2004/12 CE de 11 de Fevereiro), a nova meta será 2011 e o novo objectivo para o material plástico 22,5%. Contudo, estes 22,5% de reciclagem obrigatória apenas

* Plastval – Valorização de Resíduos Plásticos, S.A., Av. Defensores de Chaves, N.º 15 – 2.ºE, 1000-109 LISBOA, Portugal.

¹ Baseado na comunicação apresentada no XIX Encontro Nacional da SPQ em Coimbra, 2004

podem ser atingidos através de processos cujo produto final seja de novo um plástico, concentrando assim a actividade dos EM na reciclagem mecânica, dado que os processos de reciclagem química ainda não permitem a produção de novos plásticos de forma rentável. No entanto, a reciclagem química de plásticos já permite a produção industrial de metanol e de outros produtos químicos. A meta global de reciclagem para todos os materiais de embalagem em 2011 é de 55%, sendo que as metas específicas para os outros materiais são: vidro 60%; papel e cartão 60%; metais 50%; e madeira 15%.

A análise dos mercados de embalagem, em Portugal, permite antever que se o plástico cumprir apenas a sua meta específica, a globalidade dos materiais não atingirá os 55%, dada a quota de mercado já ocupada pelas embalagens de plástico. As melhores estimativas apontam para uma colocação de embalagens de plástico no mercado (doméstico, industrial, agrícola, distribuição, outros) em 2003 de 330.000 toneladas num universo total de embalagens superior a 1.400.000 toneladas. Pode não parecer muito, em peso (23%), mas se atentarmos ao facto que uma garrafa de plástico de 1,5 litros pesa 35 gramas e que um saco de supermercado pode pesar menos de 10 gramas, estamos a falar de bastante volume e valor embalado. Significa isto que países como Portugal terão de investir ou canalizar resíduos para processos de reciclagem alternativos. O desafio está em, por um lado, garantir o crescimento e sustentabilidade da reciclagem mecânica (em todas as suas vertentes) e dos seus mercados, por outro, em procurar ou desenvolver processos alternativos de reciclagem como por exemplo a reciclagem química. Na reciclagem mecânica, Portugal não dispõe ainda de recicladores de plásticos mistos embora os primeiros passos já estejam a ser dados (ex: Extruplás na Maia e projecto P3R da Sirplaste em Leiria).

No levantamento da capacidade instalada realizado pela Plastval sobre o ano 2001, foi possível concluir que no ano em questão, pelo menos 10%, em peso, de todas as embalagens colocadas no



Figura 2 Deposição em Eco-Ponto

mercado nacional foram recicladas. O estudo abordou todas as embalagens em plástico desde as do sector doméstico às do comércio, distribuição, indústria e outras. Em 2005 deverá ser realizado um novo estudo com enfoque no desempenho nacional no ano de 2004. Relativamente à meta que o país tem de atingir em 2005 é vital conseguir determinar-se a componente de reciclagem que ocorre fora do Sistema Ponto Verde, pois trata-se de um fracção significativa. Caso não consigamos atingir a meta de reciclagem que está legalmente fixada, ou caso não consigamos provar que a atingimos (o que seria ainda mais frustrante) poderemos ser sujeitos a sanções que penalizarão toda a cadeia de valor do plástico, com um impacto óbvio na subida do preço final do produto ao consumidor. Tais medidas já se verificaram em países como a Alemanha ou a Bélgica, e no caso da Alemanha o impacto foi tão desastroso para a gestão de resíduos que as medidas impostas (ex: valor de depósito para embalagens de uso único) vão agora ser retiradas.

A reciclagem de plásticos em Portugal é quase tão antiga como a própria indústria de transformação do plásticos, pois trata-se apenas de bom senso industrial reciclar resíduos de produção que, reologicamente, em tudo se assemelham à matéria prima inicialmente consumida.

Profissionalmente, os primeiros recicladores terão aparecido no início da década de 70 tendo-se vindo a especializar e a expandir até aos dias de hoje, num universo de reciclagem que vai desde empresas com mais de 40 trabalhadores certificadas por normas de qualidade, a mini-empresas familiares pouco organizadas documentalmente e com pouca expressão individual no mercado da reciclagem mas com algum peso enquanto grupo de empresas semelhantes. Como em todos os sectores industriais, o mercado tem-se encarregado de eliminar os projectos mais fracos, fazendo sobressair aquelas empresas melhor adaptadas ao mercado dos resíduos e das matérias primas secundárias. A situação noutros EM não é muito diferente da nossa em termos de tendência, a principal diferença reside unicamente na escala das empresas face aos mercados onde se inserem (por exemplo, um grande reciclador em Portugal é um reciclador de média dimensão na Alemanha). Tem sido graças ao empreendedorismo dos industriais de plásticos portugueses que hoje podemos dizer que temos alguns dos melhores recicladores de plásticos da Europa, naturalmente que não em quantidade mas sem dúvida em qualidade. Essa tem sido a mais valia da nossa indústria nos últimos 2-3 anos, uma vez que actualmente, uma percentagem bastante significa-

tiva do resultado da reciclagem nacional é consumida fora das nossas fronteiras. Contudo, nos últimos dois anos toda a Europa tem sentido, ao nível da gestão de resíduos o factor “China”. Presentemente a China está compradora de quase todos os resíduos não perigosos que possam ser reciclados (principalmente plástico, papel, aço, alumínio). Se no passado alguns viam a hipótese da exportação como uma alternativa “simpática” para resolver nacionalmente alguns problemas sobre resíduos, actualmente esta alternativa de “simpática” passou a ter pouco pois, em muitos países, deixou de ser a alternativa para se tornar no principal encaminhamento dado aos resíduos, de tão elevados que são os preços oferecidos pelos mesmos. As fábricas localizadas no Oriente, por terem custos operacionais que, globalmente, são significativamente inferiores aos do Ocidente conseguem oferecer preços pelos resíduos que, localmente,

nenhum industrial consegue acompanhar, para mais tarde colocarem na Europa os produtos resultantes da reciclagem a preços, também estes difíceis de bater pelos produtores europeus. Torna-se por isso urgente exigir produtos que não favoreçam o trabalho infantil ou que resultem de operações em que haja garantias de respeito pelos mais básicos princípios de higiene, segurança no trabalho e protecção ambiental. Aquilo que pode agora parecer, para alguns gestores de resíduos, uma actividade de curto/médio prazo bastante rentável, poderá vir a tornar-se num sério problema para a Europa e para os EUA quando a China começar a reciclar os seus próprios resíduos e deixar de necessitar de importar os resíduos dos outros. Nessa altura, voltaremos a olhar para os resíduos como um problema e não como um negócio. Este assunto é tanto mais importante quanto o facto da própria legislação europeia (Directiva 2004/12 CE

de 11 de Fevereiro) referir que “os resíduos de embalagens exportados para fora da Comunidade [...] apenas contarão para o cumprimento das obrigações e objectivos [...] se houver provas suficientes de que a operação de valorização e/ou reciclagem teve lugar em circunstâncias grosso modo equivalentes às prescritas pela legislação comunitária na matéria”. Agora só nos resta definir o que são “provas suficientes” e o que são situações “grosso modo equivalentes”. Entretanto e enquanto não se fiscaliza o modo como estas exportações ocorrem, a indústria europeia de reciclagem vive sérias dificuldades para conseguir adquirir as suas matérias primas, a preços que a permitam manter-se minimamente acima da “linha de água”.

Mesmo assim, nem tudo são espinhos e é preciso acreditar que o nosso engenho e criatividade para os mercados emergentes serão capazes de dar a volta a mais este obstáculo de percurso. É por isso que é fundamental continuar a investir-se em comunicação e sensibilização dos consumidores de embalagem, para o valor das embalagens e dos produtos que delas podem resultar após valorização/reciclagem. Ainda que a maior lacuna seja sentida ao nível doméstico deverá haver igualmente comunicação direccionada para o consumidor não-doméstico (distribuição, indústria, agricultura). Isto porque deverá ser potenciada a reciclagem de todo e qualquer plástico que possa, de facto, ser comercialmente reciclado. Muitas vezes o problema dos EM, ao nível da reciclagem, passa por disporem de recicladores com tecnologias que não estão totalmente adequadas aos resíduos existentes (porque podem não existir mercados para os produtos resultantes dessa reciclagem) e como consequência acabarem por não conseguir fazer a ligação entre os resíduos existentes e a tecnologia (necessária ou insuficiente). A evolução do mercado de embalagem tem ditado um aumento no consumo de materiais complexos e laminados, mais difíceis de reciclar acompanhado por uma redução do volume médio de embalagens, que é fruto de agregados familiares cada vez mais reduzidos. Por outro lado, todas as embalagens de plástico pagam o mesmo valor ponto verde independente-

Figura 3 Resíduos Plásticos Enfardados





Figura 4 Plástico Triturado e Descontaminado

mente de serem ou não recicláveis o que não favorece a procura de soluções de embalagem com melhores desempenhos ambientais em termos de ciclo de vida de produto. Não se quer com isto dizer que só porque não é compensatória a reciclagem dum determinado plástico, este tenha um desempenho ambiental inferior a outro cuja reciclagem valha a pena. Existe sim um número significativo de embalagens que podiam ser melhoradas e não o são por ignorância ou razões meramente económicas, tirando o embalador partido da conjuntura nacional sobre regulamentação de embalagens.

Paralelamente à dificuldade em encontrar destino para alguns materiais reciclados está também um quadro legal e fiscal que não promove, de todo, o consumo de materiais reciclados nem estimula estes mercados. As indústrias de reciclagem são tratadas exactamente da mesma forma que qualquer outra estando sempre sujeitas à limitação de que a reciclagem só vale a pena se dela resultar um ganho ambiental e económico. Poderão ser criados incentivos fiscais para quem recicle, programas de financiamento para o desenvolvimento destas indústrias, IVA mais reduzido para produtos com elevadas taxas de incorporação de reciclados ou que respeitem princípios básicos de “projectar para reciclagem” ou “projectar para ambiente”. Curiosamente, muitos produtos com incorporação de material reciclado ou integralmente feitos em material reciclado já circulam em Portugal, invariavelmente ocultos dos olhos do consumidor, com

o receio por parte de quem os produz que o consumidor possa pensar que se tem reciclado então é de qualidade inferior ou devia ser ainda mais barato. Neste campo a postura das marcas deverá ser exactamente a inversa. As marcas deverão começar a explorar o ambiente enquanto ferramenta de marketing utilizando frases como “A nossa empresa é amiga do ambiente: este produto incorpora X% de reciclado” ou “Na produção deste artigo foi poupada X energia ou foram evitadas X emissões, devido ao uso de materiais reciclados” – o “mercado verde” veio para ficar em muitos EM e Portugal não deverá ser a excepção. Assim como veio o projectar para reciclagem e o projectar para ambiente – a concepção de artigos com vista à minimização do impacto gerado por estes durante todo o seu ciclo de vida.

Ao nível da Investigação e Desenvolvimento, Portugal dá já os primeiros passos no que toca a processos de reciclagem de plásticos. O contributo financeiro da Sociedade Ponto Verde tem sido fundamental para viabilizar alguns destes projectos com importância estratégica para o desempenho ambiental do país. No curto prazo, esperam-se desenvolvimentos no campo da reciclagem de plásticos mistos não só para perfis mas também para tubagem de saneamento básico de grande diâmetro e para aplicações de baixa pressão. No médio e no longo prazo a aposta terá forçosamente de ser na reciclagem química por ser o processo que mais garantias tem de penetração de novos mercados além

do largo espectro de resíduos que poderá consumir (incluindo as embalagens que contiveram resíduos perigosos). Paralelamente aos desenvolvimentos verificados na reciclagem verificam-se também desenvolvimentos nas técnicas de recolha. Cada vez mais se fazem experiências com a recolha porta-a-porta em detrimento da recolha por eco-pontos, o que tem servido para demonstrar que não existem soluções únicas de recolha nem soluções copiáveis. Os nossos níveis de recolha de plásticos per capita continuam bastante baixos o que é um sinal claro da necessidade de mais e melhor comunicação / sensibilização do consumidor bem como a adopção de novas abordagens de recolha selectiva que gerem maior empatia com o consumidor levando-o a depositar mais e melhor as suas embalagens usadas (isto porque os nossos níveis de consumo *per capita* são também baixos, o que pode ser preocupante quando ficarem equiparados aos de Espanha, França, Alemanha etc.). Nalguns países, inclusivamente, a recolha porta-a-porta foi já aberta a resíduos de materiais eléctricos e electrónicos, com resultados bastante animadores (ex: Alemanha com os projectos *yellow bin plus* e *zebra*). Costuma-se dizer neste meio que os plásticos não poluem, as pessoas é que o fazem. Esta frase não podia estar mais adequada à mudança de hábitos e atitudes que é necessária operar no consumidor português, que tem a agravante de não estar motivado para este tema porque não sente na carteira o custo associado à gestão dos resíduos que produz e das escolhas que faz enquanto consumidor.